

PORTARIA MMA Nº 173 DE 21/05/2013 - DOU 22/05/2013 (Ministério do Meio Ambiente)

Institui o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Implementação do Código Florestal com objetivo de acompanhar a elaboração dos regulamentos decorrentes da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Dica do Dia

O Boletim Informativo Diário conta com a possibilidade de enviar trabalhos para a Editora Plenum visando a publicação.

A opção "Envie sua Colaboração" encontra-se no início deste informativo, logo abaixo do cabeçalho.

Há a opção de envio de artigos doutrinários e a opção de enviar modelos de peças processuais. Ao clicar em qualquer uma delas, serão mostradas as normas editoriais para envio dos trabalhos.

Participe!

Destaque

PSC recorre ao Supremo contra decisão do CNJ sobre casamento gay

O Partido Social Cristão (PSC) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) ontem (21) pedindo a suspensão de resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que obriga cartórios de todo o Brasil a celebrar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e converter a união estável homoafetiva em casamento. O partido alega que o conselho cometeu "abuso de poder" ao editar a norma, ultrapassando a discussão política sobre o tema.

De acordo com o PSC, a resolução não pode ter validade sem passar pelo processo legislativo, etapa em que a legenda poderá "exercer em plenitude as suas prerrogativas legais e constitucionais" e se manifestar "seguindo os princípios cristãos e estatutários que norteiam a vontade de seus filiados e de seus congressistas".

"Nas atribuições do Conselho Nacional de Justiça, não constam as relativas ao processo legislativo, bem como o Conselho Nacional de Justiça não tem legitimidade para normatizar o tratamento legal das uniões estáveis constituídas por pessoas de mesmo sexo, sem a existência de legislação que defina tal situação, e assim agindo, o CNJ usurpa atribuições dos membros do Congresso Nacional, e do Partido Social Cristão (PSC), ora impetrante", diz trecho do mandado de segurança.

Segundo o PSC, o conselho não pode se valer da analogia entre a situação de família prevista na Constituição e nas leis " que trata sobre homens e mulheres " para aplicar o mesmo em relação a pessoas do mesmo sexo. "A conclusão outra não poderá racionalmente chegar senão a de que no universo das entidades familiares só tem cabimento a união entre homem e mulher, ou seja, entre pessoas de diferentes sexos", destaca o texto.

O PSC informa ser "totalmente contrário à união entre pessoas do mesmo sexo", e diz que "sempre se posicionará neste sentido, no exercício de suas prerrogativas legais, junto ao Congresso Nacional" quando o assunto for discutido no Legislativo.

"Nosso entendimento é de que a decisão do CNJ foi desastrosa, inconveniente e inconstitucional. Gerou

uma grande insatisfação, não somente por parte de nossos filiados e parlamentares como também de parcela majoritária da sociedade brasileira", disse o vice-presidente do PSC, Everaldo Pereira.

O relator do processo no STF é o ministro Luiz Fux.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br>

Notícias

STF

2ª Turma nega HC a empresário acusado de contrabando e quadrilha no RJ

Acusado de homicídio obtém HC por excesso de prazo da prisão preventiva

STJ

Autoridades de Goiás têm dez dias para prestar informações ao STJ sobre desaparecimento de moradores de rua

CDC incide sobre contratos de administração imobiliária

Divórcio consensual permite inferir trânsito em julgado de sentença estrangeira

Judiciário não pode analisar equivalência técnica de obras em mandado de segurança

Prescrição por uso indevido de marca começa a contar da data em que cessa a conduta

Tribunal não reconhece plágio em minissérie de Lauro César Muniz

TSE e TREs

TSE - Devolução de dinheiro não afasta inelegibilidade por improbidade administrativa

TSE - Prefeito de Codajás (AM) tem registro negado por não prestar contas de recursos federais

TRE-MG - Revertida cassação da prefeita de Malacacheta e mantida cassação de vereador de Montes Claros

TRE-MT - Tribunal torna ex-prefeito de Campo Verde inelegível por oito anos

TST e TRTs

TST - Bradesco pagará R\$ 600 mil a bancária exposta a risco ergonômico

TST - Sem dano, acidente com picada de agulha de injeção exclui dever de reparação civil

TST - Turma majora indenização a marceneiro que perdeu um olho em acidente

TST - Turma reconhece responsabilidade de empresa em acidente que vitimou carreteiro

TRT2 - Registros de ponto sem assinatura do empregado são inválidos

TRT3 - Empresa que submeteu empregado a inação forçada após alta previdenciária pagará indenização

TRT3 - JT reconhece natureza salarial de honorários contratuais de advogado da Caixa

TRT3 - Organização de empresa em cargos estruturados mitiga exigência de quadro de carreira para direito a desvio de função

TRT10 - Empresa irá deduzir de dívida trabalhista indenização paga por assédio cometido pelo funcionário

TRFs

TRF1 - Aluna ganha direito de realizar matrícula concomitante em disciplinas que têm relação de pré-requisito

TRF1 - Construção irregular em terreno de marinha não gera direito à indenização por benfeitorias

TRF1 - Suposta ocorrência de subfaturamento de produto importado não constitui hipótese para perdimento dos bens

TRF1 - Tribunal reduz pena de delegados que emprestaram armas da Polícia Federal para uso em curso de empresa de segurança

TRF2 - Tribunal nega dano moral para cliente que processou plano de saúde por falta de laboratório credenciado

TRF4 - Tribunal libera patrocínio da Caixa ao Corinthians

TRF4 - Tribunal prorroga contrato da concessionária de Vacaria (RS) até dezembro

Tribunais Estaduais

TJAC - Operação G-7: Justiça indefere revogação de prisão preventiva a Wolvenar Filho e Gildo Cesar

TJAC - Operação G-7: Justiça nega revogação de prisão preventiva a Aurélio Silva da Cruz

TJAM - Júri condena nesta terça um dos fugitivos do Compaj

TJAM - Negada indenização a passageiros abordados pela polícia que investigava roubo de carro forte

TJCE - 4ª Turma Recursal condena Coelce a pagar R\$ 14 mil de indenização por falha na prestação de serviço

TJCE - Aposentada vítima de fraude em Ubajara ganha na Justiça direito à indenização

TJCE - Condenado por tráfico interestadual de drogas tem negado pedido de redução de pena

TJCE - Juíza condena empresa a indenizar cliente que enfrenta problemas para obter matrícula de imóvel

TJCE - Transnordestina deve pagar R\$ 60 mil à família de vítima fatal de acidente

TJES - Competência para julgar concurso MPES é da Justiça Federal

TJGO - Caso Valério Luiz: concedido HC a Maurício Sampaio

TJGO - Professora em função readaptada tem direito à progressão vertical na carreira

TJGO - Professora não terá direito à gratificação de titularidade

TJMA - Mantida a prisão de acusados de tráfico de drogas

TJMG - Seguradora deverá ressarcir empresa que teve carga roubada

TJMS - Crime com degola por 20 reais resulta em 19 anos de prisão

TJMT - André Prieto tem bens bloqueados

TJPB - Justiça determina perícia psicológica em família que alega prejuízos emocionais em decorrência de abandono afetivo

TJPB - Justiça mantém presidente de câmara municipal movimentando contas bancárias da Casa Legislativa

TJRJ - João Gilberto X Emi: desembargador reconsidera decisão e mantém másteres com João Gilberto

TJRN - Acidente de trânsito com veículo do Estado gera indenização

TJRN - Motorista será indenizado por falsificação de documentos junto ao Detran

TJRO - Liminar determina que 50% dos servidores da Justiça devem estar em seus postos de trabalho

TJRS - Tribunal nega auxílio-alimentação a magistrados estaduais

TJSP - Tribunal afasta tutela de urgência para inibir importação de motocicletas pelo risco de impossibilidade de reversão da medida

Demais Órgãos

MPF/ES - Ministério Público Federal oficia SESA sobre cumprimento da Lei 12.732/2012

MPF/MA - Banco do Brasil deve adotar medidas preventivas contra desvio de recursos públicos federais

MPF/MG - Copa 2014: Ministério Público Federal questiona remoção forçada de moradores na capital

MPF/MG - Ministério Público Federal quer equipamento seguro para acesso de pessoas com deficiência a avião

MPF/MS - Recomendação garante reserva de vagas para deficientes em concurso nacional do Exército

MPF/SC - Ministério Público Federal quer acabar com restrição de atuação para licenciados em Educação Física

MPF/SP - Justiça manda União demarcar terrenos de marinha e homologar linha de preamar

MPF/SP - Ministério Público Federal ajuíza ação de improbidade contra ex-servidor da instituição

MPF/SP - Ministério Público Federal oferece 19 denúncias por falsificação de CPFs em Ribeirão Preto

PGR - Código Florestal: PGR solicita audiência pública

As notícias publicadas neste boletim são oriundas dos sites oficiais dos tribunais.